

Sistematização privilegiou artigos progressistas, diz Cabral

Luiz Marques

Janio de Freitas

O governo no seu trilho

O presidente da República, sob as câmeras de TV, afirma que uma empresa alemã se ofereceu, em carta ao governo, para financiar a ferrovia Maranhão-Brasília e mesmo para assumir o seu custo, em troca da concessão de explorá-la por trinta anos. O ministro dos Transportes distribuiu mais pormeiros da proposta e até a cópia de dois pedaços, início e fim, de uma carta em papel timbrado da Deconsult, a tal empresa alemã. O Deutsche Bank, que detém o controle da Deconsult, e o próprio presidente desta empresa asseguraram, com toda a firmeza, que a proposta ao governo jamais existiu.

Comentário do presidente Sarney em seguida à sua informação: "Se se diz que a ferrovia é anti-econômica, como uma grande companhia, a segunda da Alemanha Ocidental, se propõe a construir por conta dela, para fazer apenas com uma concessão para a exploração da companhia?" (a frase, desculpado, foi assim mesmo). Comentário do ministro José Reinaldo Tavares: "Se a comissão que vai estudar o interesse da empresa concluir que o modelo é adequado, as obras podem ter início logo". Comentário de Martin Weigand, representante do Deutsche Bank no Brasil, sobre a atribuição da proposta à Deconsult: "É um episódio muito estranho".

Para o ministro, nem tão estranho. Procurado na sexta-feira pela repórter Lívia de Almeida, da Folha, que desejava ouvi-lo sobre as primeiras informações de que a Deconsult e o Deutsche Bank negavam a proposta, José Reinaldo foi taxativo: "Isso é lobby". Isso são esses grupos que querem ver essa carta desacreditada". E mais não disse, embora lhe fosse perguntado, repetindo sempre que "isso é lobby".

Martin Weigand, em entrevista a

"O Globo" de ontem, mostra que José Reinaldo preferiu a facilidade ao verdadeiro: "A Deconsult não poderia de forma alguma financiar o projeto, porque é uma empresa exclusivamente de consultoria e planejamento. E não faz obras. Além disso, o Deutsche, que detém 51% do capital da empresa, não está interessado em fazê-lo".

Com negócios e créditos no Brasil, os alemães sentem-se lançados em posição embaraçosa, sem que tenham feito qualquer coisa para tanto. Como quem quer contornar as dificuldades deixando uma suposta saída para o governo brasileiro, o presidente da Deconsult, Gerhard Scheller, teria dito, segundo Weigand, que apenas "manifestara interesse em participar dos serviços de consultoria e planejamento", mas esta manifestação "teria sido mal traduzida" do alemão para o português.

Delicados estes alemães, porque não haveria como traduzir tão mal expressões sobre consultoria e planejamento, a ponto de levá-las a tomar a forma e o sentido dados por José Reinaldo ao divulgar o que disse ser a proposta da Deconsult: "Assumir integralmente os investimentos da ferrovia, sob regime de concessão por trinta anos e com comando do Ministério dos Transportes". Ainda assim, os alemães do Deutsche Bank e da Deconsult mostram-se dispostos, em princípio, ao exercício diplomático de convalidar a história de um erro de tradução ou de texto, que já se sabe capaz apenas de atender a conveniências, mas incapaz de explicar a distância entre o proposto e o anunciado por Sarney e José Reinaldo.

Para os alemães, o episódio deve ser mesmo "muito estranho". Para quem testemunha o apego do governo Sarney à veracidade, é apenas rotina.

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de centro (segundo levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos" no dia 19 de janeiro), relator da Comissão de Sistematização, disse ontem que os artigos com propostas mais "progressistas" foram escolhidos para o anteprojeto de Constituição em detrimento de outros mais "conservadores". Nas reuniões de antontem e ontem entre Cabral, seus relatores-adjuntos (todos peemedebistas) e os líderes do PMDB e do governo, o critério para a escolha entre artigos conflitantes, propostos pelas oito comissões temáticas, foi o de privilegiar aqueles que representassem "avanço".



Exemplificam essa opção os critérios para a desapropriação de terras: prevaleceu, no anteprojeto que está sendo elaborado por Cabral, a proposta do relatório da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, do senador José Bisol (PMDB-RS), que foi duramente criticada pelos parlamentares "conservadores". Apesar de a Comissão de Ordem Econômica ter prioridade para tratar do assunto, Cabral disse que as propostas aprovadas nessa comissão representam um "retrocesso". Uma terceira proposta, da Comissão da Ordem Social, deve ser acoplada à de Bisol.

"Avançamos dentro do que foi possível. E vamos receber emendas do plenário", afirmou Cabral, lamentando não ter podido obter "avanços" em outros pontos do anteprojeto. Na definição da empresa nacional, o grupo optou pela proposta da Ordem Econômica, mas fez pequenos reparos. Segundo a definição aprovada, a empresa nacional tem sede no país e controle decisório e de capital em caráter permanente, exclusivo e incondicional sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domici-

liadas no Brasil ou por entidades de direito público interno. Depois de uma rápida reunião com o ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, Cabral definiu a manutenção da reserva de mercado para a proteção temporária de empresas de "desenvolvimento tecnológico". Archer defendeu a reserva, sugerindo apenas que a palavra fosse substituída por "proteção" de mercado interno. "Não houve vozes discordantes. Foi uma decisão unânime", comentou a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), que participou de uma parte da reunião de ontem à tarde. Ela defendeu a reserva durante os trabalhos da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e da Tecnologia e da Comunicação.



Ulysses (centro), ao lado de Cabral (à sua dir.), conversa com Arinos na reunião da Sistematização

Até o final da noite de ontem, Cabral pretendia encerrar a compatibilização dos relatórios de sete comissões, fazendo a "lipoaspiração dos excessos". Uma reunião com o deputado José Serra (PMDB-SP), relator da Comissão da Ordem Tributária, a partir das 22h30, encerraria os trabalhos.

"lipoaspiração" Até o final da noite de ontem, Cabral pretendia encerrar a compatibilização dos relatórios de sete comissões, fazendo a "lipoaspiração dos excessos". Uma reunião com o deputado José Serra (PMDB-SP), relator da Comissão da Ordem Tributária, a partir das 22h30, encerraria os trabalhos.

Até o final da noite de ontem, Cabral pretendia encerrar a compatibilização dos relatórios de sete comissões, fazendo a "lipoaspiração dos excessos". Uma reunião com o deputado José Serra (PMDB-SP), relator da Comissão da Ordem Tributária, a partir das 22h30, encerraria os trabalhos.

Parlamentarismo agora é 'aventura', diz Richa

Da Sucursal de Brasília

Moreira Mariz - 14 Jan. 87

Nas condições atuais do país, a implantação do parlamentarismo pelo Congresso constituinte será "uma aventura, um desastre". A afirmação foi feita pelo senador José Richa (PMDB-PR), de centro, no Palácio do Planalto, onde manteve encontro, ontem de manhã, com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Já o senador José Fogaça (PMDB-RS), um político de centro-esquerda que defende o parlamentarismo, reagiu à ofensiva desencadeada pelo Planalto contra o novo sistema de governo, dizendo que ela poderá levar muitos constituintes que votaram por um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney a mudar seu voto em favor dos quatro anos.



O senador peemedebista José Richa

ções que, segundo afirmou, ainda não existem no país. Quando esses requisitos forem alcançados, disse o senador, o que deve ser implantado no país é um parlamentarismo puro, e não a "fórmula híbrida" já aprovada em duas etapas do Congresso constituinte (na Subcomissão do Poder Executivo e na Comissão da Organi-

zação dos Poderes e Sistema de Governo).

Richa defendeu ainda, como um passo em direção do parlamentarismo, a adoção do voto distrital, que fortaleceria os partidos e melhoraria a representação política no Congresso. Para dar estabilidade à burocracia, ele sugeriu o ingresso no serviço público por concursos.

José Fogaça rejeitou ontem, com veemência, a proposta que vem sendo defendida por parlamentares ligados ao Planalto, de um regime em que o primeiro-ministro se limitaria a "coordenar o gabinete", enquanto o presidente mantém as funções de chefe de Estado e de governo. "Isso não é parlamentarismo", disse ele.

Segundo Fogaça, muitos constituintes do PDS, PFL e PMDB são "radicalmente parlamentaristas" e só votaram pelo mandato de cinco anos para Sarney porque a implantação do parlamentarismo, já no próximo ano, reduziria os poderes do presidente.

Sampaio entrega proposta sobre os debates da Carta

Da Reportagem Local

O deputado federal Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), 56, de esquerda, entrega hoje ao presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, uma proposta para a condução dos debates em plenário sobre o projeto da nova Constituição. Os debates, que se estenderão por quarenta dias, devem ser iniciados no dia 17 de julho, quando terminar o trabalho da Comissão de Sistematização. "O que vou propor é a discussão de capítulo por capítulo e, quando este for muito grande, de seção por seção, de modo a concentrar a discussão de cada um dos dias num ponto muito concreto", diz Sampaio.

De acordo com a proposta do deputado, um dia seria dedicado à discussão sobre o sistema de poder, outro à questão da reforma agrária, um terceiro ao sistema tributário e assim por diante. "De tal maneira que os diferentes partidos exponham seus pontos de vista, a opinião pública possa seguir o debate, a imprensa possa dar uma cobertura correta e a discussão seja pedagógica", afirma.

Dropes

Os seis ministros militares se reúnem hoje, às 10h30, no Ministério da Aeronáutica, para avaliar questões consideradas pendentes no Congresso constituinte, como a anistia, a Justiça Militar e o sistema de governo.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), 56, disse ontem, em Campinas (SP), que até o dia 15 de julho estará pronto o primeiro anteprojeto da Constituição e que "será possível" fazer uma Carta "razoável, sem ultrapassar os 250 artigos".

Emenda do governo limita premiê, diz Prisco

Da Sucursal de Brasília

O Palácio do Planalto apresentará sua proposta de sistema de governo na forma de uma emenda, assim que o projeto da Comissão de Sistematização chegar ao plenário do Congresso constituinte. Segundo o deputado Prisco Viana (PMDB-BA), um dos articuladores informais do presidente Sarney no Congresso, a fórmula desejada pelo Planalto é a de um sistema em que o primeiro-ministro teria a função de um simples auxiliar do presidente.

Esse primeiro-ministro seria o coordenador da política do governo no Congresso, enquanto o presidente continuaria acumulando as funções de chefe de Estado e chefe do governo. Os ministros não seriam

passíveis de referendo ou de censura por parte do Parlamento, que só teria poderes no processo de indicação do primeiro-ministro.

Essa fórmula conta com a adesão dos governadores que se aliam ao Planalto na ofensiva que está sendo desencadeada para derrubar o "neoparlamentarismo" criado pela Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Como o eventual enfraquecimento do presidente corresponderá à redução do poder dos governadores (pois o parlamentarismo seria adotado também nos Estados), a estratégia dessa ofensiva partirá dos Estados em direção a Brasília.

"Até agora manifestou-se a minoria falante", disse Prisco Viana, "agora a maioria silenciosa vai falar". Para o deputado, "será uma

terrível contradição um presidente eleito por sessenta milhões de eleitores não governar e isso ser feito por um parlamentar eleito por apenas quatrocentas pessoas".

Na opinião do deputado Jaime Santana (PFL-MA), "essa é uma proposta que o governo tem hoje, mas que poderá mudar assim que o Plano Bresser começar a dar resultados". Segundo o parlamentar maranhense, que mantém estreitos laços de amizade com a família Sarney, "não se pode partir para mudanças que não levem em conta a tradição e a formação cultural do povo brasileiro e muito menos as necessidades conjunturais do país, ou seja, de medidas objetivas e imediatas que só o presidencialismo permite".

'Moderados' buscam apoio dos governadores

Da Sucursal de Brasília

O grupo "Centro Democrático", que reúne a ala "moderada" do PMDB, começa a enviar ainda esta semana emissários aos governadores dos Estados, a fim de traçar uma estratégia de atuação para a convenção do partido, marcada para os dias 18 e 19 de julho. O objetivo —segundo o deputado Marcos Lima (PMDB-MG), centro, um dos líderes do grupo— é assegurar, na reunião, maioria de votos favoráveis ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e contra a aprovação de um regime parlamentarista pelo Congresso constituinte.

O "Centro Democrático", em acordo com o Palácio do Planalto, estudará com os governadores uma forma de garantir a manutenção do regime presidencialista e, caso isto não seja possível, de diminuir o poder do primeiro-ministro do sistema parlamentarista previsto nos relatórios da Subcomissão do Poder Executivo e da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Os primeiros governadores a serem con-

tatados serão Orestes Quércia (SP), Newton Cardoso (MG) e Moreira Franco (RJ).

A ofensiva do "Centro Democrático" junto aos governadores está sendo combatida pelos partidários do sistema parlamentarista e de quatro anos para o presidente José Sarney, liderados pelo senador Mário Covas (SP), centro-esquerda, líder do partido no Congresso constituinte, pelo deputado Maurício Fruet (PR), centro-esquerda, e pelo senador Afonso Camargo (PR), centro. Ontem Maurício Fruet reuniu-se com o governador Miguel Arraes (PE), para tentar fazer com que os convencionais pernambucanos apoiem sua posição. Hoje ele conversa sobre o mesmo assunto com o governador Waldir Pires (BA), adepto dos cinco anos.

PROPOSTAS CONFLITANTES		
Voto distrital misto		
Pela Comissão da Organização Eleitoral, os deputados federais e estaduais serão eleitos pelo sistema distrital misto, voto majoritário e proporcional.	A Comissão da Organização dos Poderes mantém o sistema de voto proporcional para a eleição dos deputados.	
Dois turnos		
Se nenhum candidato à Presidência da República alcançar maioria absoluta de votos, dentro de 45 dias depois de proclamado o resultado do primeiro turno, um segundo turno deve ser convocado. Esta é a proposta da Organização Eleitoral.	A Comissão da Organização dos Poderes estabelece que, se nenhum candidato alcançar maioria absoluta, contados trinta dias após o primeiro turno, uma segunda eleição será convocada.	
Direito de voto ao analfabeto		
Pela Comissão da Organização Eleitoral, o voto para os analfabetos é facultativo. Os maiores de setenta anos e os que não saibam exprimir-se no idioma oficial ficam dispensados.	O voto é obrigatório, segundo a Comissão da Soberania. Apenas os maiores de setenta anos e os que não saibam exprimir-se no idioma oficial ficam dispensados.	
Idade mínima para votar		
É facultativo o voto dos maiores de dezesseis e menores de dezoito anos, segundo a Comissão da Soberania.	São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos, segundo a Comissão da Organização Eleitoral.	
Vice-presidência		
A Comissão da Organização Eleitoral considera eleito o candidato à vice-presidência da República que for registrado na mesma chapa que o candidato à Presidência.	O cargo de vice-presidente é extinto, pela Comissão da Organização dos Poderes. Em caso de impedimento do presidente, o presidente da Câmara dos Deputados assume.	
Supremo Tribunal Federal		
A Comissão da Organização dos Poderes mantém o Supremo Tribunal Federal como a mais alta corte do país.	É criado o Tribunal de Garantias dos Direitos Constitucionais, da Soberania do Povo, da Nacionalidade e da Cidadania, pela Comissão da Soberania. A competência deste tribunal entra em choque com a do Supremo.	A Comissão da Organização Eleitoral também manteve o Supremo Tribunal Federal para apreciar e julgar os princípios assegurados na Constituição.
Habeas-corpus		
A Comissão da Soberania estende o direito de habeas-corpus para todos os brasileiros.	A Comissão da Organização Eleitoral não concede habeas-corpus em relação a punições disciplinares militares.	
Desapropriação de terras		
Pela Comissão da Ordem Social, o Estado promoverá a desapropriação das terras necessárias para assegurar a todo trabalhador rural o direito à propriedade. A indenização será feita por títulos da dívida agrária.	A União pode desapropriar por interesse social a propriedade territorial rural improdutiva, mediante pagamento de prévia e justa indenização. Apesar de aceitar o pagamento através de títulos da dívida agrária, a Comissão da Ordem Econômica estabelece os critérios para este pagamento. Apenas o presidente da República tem competência para promover desapropriações.	A Comissão da Soberania estabelece que os critérios para determinar a forma de indenização por desapropriação, constem eles da Constituição ou de leis, sempre levarão em conta o não uso, o uso meramente especulativo do bem desapropriado nos últimos três anos e, se a propriedade estiver produzindo, a média da produtividade.
Banco Central		
O presidente e os diretores do Banco Central terão mandato de quatro anos e serão indicados pelo presidente da República, após aprovação do Congresso Nacional. Esta é a proposta da Comissão do Sistema Tributário.	Pela Comissão da Organização dos Poderes, o presidente do Banco Central e também o do Banco do Brasil serão escolhidos pelo Senado, após arguição em sessão pública.	
Finsocial		
A Comissão do Sistema Tributário acaba com o Finsocial, transferindo seus recursos para o Fundo de Descentralização.	A Seguridade Social, criada pela Comissão da Ordem Social, será financiada por contribuições incidentes, entre outros, sobre o faturamento. O Finsocial é o imposto que incide sobre o faturamento.	
Energia atômica		
A Comissão da Organização do Estado assegurou à União a competência para explorar, diretamente ou mediante concessão e permissão, os serviços e instalações de energia nuclear de qualquer natureza.	A energia nuclear será explorada pelo "Poder Público", segundo a Comissão da Ordem Social. Apenas será permitido o funcionamento de reatores nucleares para finalidades científicas.	

QUANTOS FORAM AO PLENÁRIO ONTEM	
PRESENTES	AUSENTES
22 Congresso constituinte	537
PRESENTES	AUSENTES
Senado	não houve sessão
PRESENTES	AUSENTES
Câmara dos Deputados	não houve sessão
PRESENTES	AUSENTES
13 Assembléia Legislativa	71
25 Câmara Municipal	8